

ELEIÇÕES 2002

‘A política de transparência nos trouxe enormes benefícios’

‘Mais de 50% da dívida foi para socorrer Estados e municípios quebrados’

‘O governo não cria recursos. Apenas distribui’

‘Nada pode ser feito sem um custo’

José Paulo Lacerda/AE

Para Malan, explosão da dívida decorre do fim da inflação e da adoção de contabilidade transparente

sem custos. Infelizmente, não é possível. O mesmo objetivo poderia ter sido alcançado a um custo muito menor? Sempre será matéria de julgamento.

Estado – O governo faz uma autocritica de sua política cambial no período que vai de 1994 ao início de 1999?

Malan – No fim de 1994 e início de 1995 houve a discussão sobre desvalorização e eu me opus. A seis meses do lançamento do Plano Real, com a economia superaquecida – o PIB cresceu 10% no primeiro trimestre de 95, a indústria, 14% e as vendas, mais de 20% –, o processo de desindexação não tinha sequer começado. Uma desvalorização naquele momento teria feito o Plano Real juntar-se ao Cruzado, ao Bresser, ao Verão, aos Collor 1 e 2. A partir de 95, definimos um sistema de bandas cambiais. O câmbio não era fixo. Tanto assim que em 1997 e 1998 o real se desvalorizou mais de 10% em termos reais. A discussão passa a ser: não teria sido melhor se esse processo tivesse sido mais acelerado? Levamos dois anos – 1995 e 1996 – para completar a desindexação da economia; mais de dois anos para lidar com uma potencial crise bancária séria, porque muitos bancos não tinham condições de viver num regime sem inflação. A

‘TEMOS UM EXCESSO DE VINCULAÇÕES DE RECEITAS’

partir de 2 de julho de 1997, houve uma sequência de dramáticas desvalorizações na Tailândia, Malásia, Indonésia e Coreia do Sul. E as percepções de que eram derivadas de fragilidade do sistema bancário e das empresas e da falta de regulação apropriada, levando à queda do PIB de 15% na Indonésia e de 7% na Malásia, na Tailândia e na Coreia em 1998. Houve um certo receio de que o Brasil mostrasse que estava numa situação (semelhante).



Malan: “Tem muita visão ainda de que o Tesouro é um enorme cofre forte e alguém pode ir lá e sacar alguns dobrões de ouro e alocar”

vidência (R\$ 90 bilhões), pessoal e encargos (mais de R\$ 70 bilhões), transferências a Estados e municípios e gastos obrigatórios, como saúde, que representa 40% dos investimentos do Orçamento, educação, fundo contra a pobreza, etc. Esse conjunto de despesas não comprimíveis no curto prazo ou vinculadas legalmente representa entre 80% e 85% do total. O resto é para todas as outras despesas de custeio e investimento e para a margem necessária para o superávit primário. Há pleitos de aumentos desses gastos. Só há três maneiras: aumentar impostos, aumentar a dívida pública ou trazer de volta a inflação, que foi como lidamos com esse problema durante décadas. A inflação é o mecanismo de lidar com as demandas conflitantes sobre os recursos públicos escassos sem que haja vontade política para fazer escolhas duras e necessárias. Nossa tradição no Brasil é tentarmos resolver os problemas reais, onde quer que estejam – segurança pública, saúde, educação, estradas, irrigação – aumentando o volume de recursos para destinar à solução deles. Embora isso esteja mudando, dedicamos muito menos energia, tempo, talento, vontade política para a eficiência com que recursos públicos escassos são utilizados, uma análise cuidadosa da estrutura e composição desses gastos, com revisão de programa por programa, fiscalização do gasto, inclusive por parte da sociedade, descentralização e transferência dessas atividades para entidades públicas não-estatais. Há muitos gastos com programas no Brasil que não são progressivos no ponto de vista de seus efeitos sobre distribuição de renda e pobreza. São apropriados por não-pobres. O Brasil não vai conseguir reduzir de forma expressiva sua pobreza e desigualdade sem uma combinação – que não é fácil alcançar – entre estabilidade macroeconômica, crescimento sustentável e reestruturação do gasto público. Estou de acordo que a carga tributária, para nosso nível de renda per capita, não é baixa. Ela aumenta porque é impossível evitar as pressões por aumentos de gastos.

Estado – Pressões políticas?

Malan – Políticas e da sociedade. Tem muita visão ainda de que o Tesouro é um enorme cofre forte e alguém pode ir lá e sacar alguns dobrões de ouro e alocar. Há uma escassa percepção no debate público mais amplo de que os recursos são provenientes dos impostos. O governo não cria recursos; apenas distribui. (Lourival Sant’Anna)

Estado – Os economistas dos candidatos da oposição e alguns independentes consideram que o salto da dívida interna reflete uma atitude perdulária do governo.

Pedro Malan

– Mais da metade do aumento da dívida é decorrente da solução dos problemas de Estados e municípios, que estavam virtualmente quebrados. Isso não transparecia por causa da inflação. Atrasando um pagamento a um fornecedor por 15 dias, o valor real do pagamento caía 20%, numa inflação de 40% ao mês. Generosos aumentos salariais nominais perdiam o efeito em dois ou três meses. Havia cerca de 30 bancos estaduais comerciais que viviam da inflação. Com seu fim, não podíamos deixar os Estados, municípios e bancos simplesmente quebrarem. Achar que não valeu a pena fazer isso é equivalente a dizer que era melhor continuar com a inflação como mecanismo de aparente resolução do problema. A outra coisa são os esqueletos – dívidas do passado não contabilizadas, que resolvemos explicitar como dívida deste governo e representam 16% do aumento da dívida. Essa política de transparência nos trouxe enormes benefícios.

Estado – Mas isso não teria custado tanto se os juros não tivessem sido tão altos nesse período, para atrair capital externo para financiar o consumo e pagar essa dívida, certo?

Malan – Tomamos uma decisão de tentar enfrentar de maneira decisiva a hiperinflação e a pleto de mecanismos de indexação formal e informal generalizada. Era a única maneira de mostrar que o País podia conviver com taxas de inflação civilizadas. No Brasil, existe muito uma inclinação de achar que as coisas podem ser feitas

cento indexação da dívida interna ao câmbio. Não teria sido possível evitá-lo, ou isso foi feito sob a premissa de que o cenário externo melhoraria?

Estado – Depois da desvalorização, tem havido uma cres-

cente indexação da dívida interna ao câmbio. Não teria sido possível evitá-lo, ou isso foi feito sob a premissa de que o cenário externo melhoraria?

Malan – Foi feito com essa premissa, e de fato melhorou. Em 2000 e no primeiro trimestre de 2001 a economia brasileira cresceu quase 4,5%. Havia toda a expectativa de que poderia ter crescimento dessa ordem em 2001 e 2002. Mas a economia americana, que vinha bem, entrou em quase recessão, tivemos nossa crise de energia, as crises da Turquia e da Argentina, o Japão não emergiu da crise de

mais de uma década, a Europa está crescendo muito pouco.

Estado – Não teria sido possível gastar menos, criar mais superávit e há mais tempo?

Malan – Acontece que temos um grau de rigidez em alguns gastos, que não são comprimíveis a curto prazo, sem profundas mudanças que têm que ser aprovadas pelo Congresso. Temos um grau excessivo de vinculações de receitas a determinados tipos de gastos. Os quatro principais grupos de despesas do Orçamento-Geral da União são: benefícios da Pre-

